

ções; para melhor conhecimento do fomento ultramarino português, no século XVIII.

E não hesitamos em proclamar que esta excelente reconstituição representa valioso subsídio para o conhecimento não só histórico mas também geo-econômico do mundo amazônico, e sugere ter sido a política fomentista da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão como um antecedente do plano colonizador de nossos dias, dentro da corajosa política governamental de integração daquela área brasileira de dimensões quase continentais.

RAUL DE ANDRADA E SILVA

*

* *

BIRKHOLZ (Andreas). — *Österreich und Brasilien 1816-1831*. Augsburg, 1970.

No ano em que o Brasil comemora o sesquicentenário de sua Independência, impõe-se, entre tantas tarefas, o levantamento de toda a bibliografia e documentação existentes a respeito do assunto, seja no próprio país, como no exterior.

Foi com esse pensamento que surgiu a presente notícia e resenha bibliográfica. A obra supra-citada é uma dissertação para a obtenção do grau de Doutor na Faculdade de Filosofia da Universidade Ludwig-Maximilian (Munique, Alemanha). Tendo apresentado seu trabalho perante a banca em dezembro de 1969, já no ano seguinte era ele publicado em livro de 341 páginas, cuja tradução seria um inestimável serviço prestado aos que se dedicam, se interessam e estudam a História do Brasil.

No prefácio lê-se — traduzindo ao pé da letra — “o presente trabalho sobre as relações entre Áustria e Brasil no início do século XIX, surgiu do desejo de com isso contribuir para proporcionar conhecimentos sobre uma parte do Novo Mundo, cuja existência no espaço de fala alemã é tão pouco conhecida”.

A obra — resultado de pesquisa bibliográfica e de pesquisa em arquivos de Viena, Rio de Janeiro e Petrópolis — está dividida em nove partes, além da Introdução e das Fontes e Indicação Bibliográfica.

Na primeira parte é abordada a tão conhecida e discutida dependência portuguesa em relação à Inglaterra. Como a preocupação com as relações anglo-portuguesas e anglo-brasileiras, ofusca as relações com outras nações, o interesse pela presente monografia é justificado.

Na segunda parte é focado o início dos laços de família entre Habsburgos e Braganças. Os esforços feitos pela Casa reinante de Bragança para, através do

casamento do herdeiro, estabelecer laços de família com uma dinastia de importância, são vistos como um contrapeso à posição absorvente da Inglaterra e como um meio para devolver à dinastia portuguesa um certo brilho, brilho êsse apagado pela “fuga” de D. João diante da ameaça napoleônica.

Na terceira parte é mostrado como a Áustria se enfronta nos problemas da política luso-brasileira, especialmente no caso da Banda Oriental e na questão da volta de D. João a Portugal.

Na quarta parte trata o autor dos anos de 1821 a 1822, abrangendo a regência de D. Pedro até a proclamação da Independência e a sua aclamação como Imperador. Vê-se o juízo austríaco sobre a situação política do Brasil, as consequências do “Fico”, o início das atividades da política externa do Brasil.

Na quinta parte são estudadas as negociações feitas durante os anos de 1823, 1824 e 1825 no sentido do reconhecimento da Independência, sempre enfatizando a atitude da Áustria diante do problema. A figura de Metternich é posta em destaque, como aliás na obra toda.

Na sexta parte é feito um resumo sobre a posição de Viena diante dos problemas brasileiros após o retorno de D. João.

Na sétima parte — que é a mais extensa — são vistas as relações austríaco-brasileiras entre 1826 a 1831, com ênfase no problema da sucessão ao trono português.

Na oitava parte, outro resumo desta vez sobre a posição de Viena diante dos problemas dos anos 1826 a 1831.

Na nona parte, que também é a última, são analisadas em conjunto as relações entre Viena e a Côrte do Rio de Janeiro, desde 1816 a 1831.

O autor mostra no seu livro que, se de início — 1816 — os interesses econômicos de Viena no Brasil eram ainda pequenos para justificar a intensificação das relações entre Áustria e Brasil, foram os laços de família entre Habsburgos e Braganças, pelo casamento da arquiduquesa Leopoldina com o príncipe herdeiro D. Pedro, os responsáveis pela participação austríaca nos problemas políticos do Reino do Brasil.

Principalmente depois da Independência do Brasil procurou o gabinete de Viena desempenhar junto a D. Pedro o papel de mestre nas questões de organização política, de forma de Estado, mais precisamente, nas posições políticas do monarca dentro do seu governo (*versuchte das Kabinett in Wien, Dom Pedro gegenüber in den Fragen der Staatsform, d.h. der politischen Stellung des Monarchen in seiner Regierung, die Rolle des Lehrmeisters zu spielen*).

O representante austríaco — Maréchal — recebeu instruções e as seguiu inflexivelmente no sentido de convencer o Imperador Brasileiro da “absoluta necessidade” de manter os princípios monárquicos em seu Reino, princípios monárquicos aqui entendidos como os do sistema de govêrno austríaco, ou seja, conservadores e não liberais.

Aliás as atitudes liberais de D. Pedro — sobretudo a outorga da Carta a Portugal, após a morte de D. João — foram motivos de inquietude e mesmo de ira por parte da Côrte vienense. Elas fizeram com que as relações austríaco-brasileiras, durante o período de govêrno de D. Pedro, fôssem muitas vêzes tensas. A outorga da Carta era vista como possibilitando o renascer das Revoluções Ibéricas e se temia, não sem razão, um contágio para o lado da Itália.

A sustentação de D. Miguel por parte de governos europeus, se justificava porque o infante era visto como um instrumento para livrá-los do “perigo do incêndio liberal”. Especificamente para a Áustria, o problema era de um lado sustentar os direitos da neta do Imperador Francisco e com isto correr o risco de defender idéias liberais e de outro lado, apoiar o irmão de D. Pedro.

O embaixador brasileiro em Viena estava convencido que sòmente por sua posição radicalmente contrária a formas de govêrno liberais, que a Côrte austríaca não agira mais enérgicamente contra a atitude de D. Miguel e que o Imperador estava disposto a defender dentro de suas possibilidades — desde que mantida a *base immutable* da política austríaca — os direitos de sua neta. Daí o empêno em achar um denominador comum, uma forma de entendimento entre D. Pedro e D. Miguel.

Segundo o autor, Metternich também viu na solução da questão portuguesa — sucessão do trono — uma possibilidade de valorização política para a Áustria que, depois do Congresso de Viena, vinha perdendo cada vez mais terreno na política externa e que devido a lenta e silenciosa decomposição da Santa Aliança e aos interêsses divergentes no leste europeu, caíra no isolamento. Assim, sucessos na política portuguesa pesariam — ao menos era isso que se esperava — nas negociações em tórno do conflito greco-turco.

Ainda é posto em relêvo a relação entre a participação austríaca na procura de uma nova espósa para D. Pedro — e com isso a possibilidade da Áustria influir nas decisões políticas de D. Pedro, o que depois da morte de D. Leopoldina tornara-se difícil — e a disposição do Imperador do Brasil de nomear seu irmão como regente em Lisboa.

A abdicação de D. Pedro não podia ser indiferente à Áustria. Preocupou-se o Imperador Francisco com o bem-estar de seus netos o que explica a manutenção das relações com o Brasil. Aliás essa preocupação, é o motivo do empêno do representante austríaco — Daiser — em manter boas relações com o nôvo govêrno

brasileiro, a fim de facilitar seu acesso a São Cristovão. Para êle, D. Pedro abandonara seus filhos e com isso perdera seus direitos sôbre êles. Assim, a legação austríaca se sentia responsável pela segurança das crianças e pedia “uma fragata que poderia num caso de perigo desembarcar 150 a 200 homens com 2 peças de artilharia”.

Mas Metternich não estava apenas pensando nos netos do seu soberano; o retôrno de D. Pedro à Europa poderia ser o prenúncio de complicações em Portugal e Espanha e com isto em tôda Europa. Temia exatamente o que aconteceu — D. Pedro dedicando-se com tôda sua energia na defesa dos interesses de sua filha em Portugal.

Com a morte de D. Pedro em 1834 — desfazendo a possibilidade de seu retôrno ao Brasil — e no ano seguinte com o falecimento do Imperador Francisco, desapareceram — definitivamente para o autor — as chances para uma reintensificação das relações entre Brasil e Áustria.

E ao terminar seu estudo sôbre as relações entre a Áustria e a Côrte Brasileira durante os anos de 1816 a 1831, diz o autor: “depois de um decênio e meio o país tornou a entrar na penumbra exótico”.

HELGA I. L. PICCOLO

*

* *

SAUVIGNY (Guillaume de Bertier de). — *Metternich et la France après le Congrès de Vienne. Tome III. Au temps de Charles X — 1824-1830*. Paris. Presses Continentales. Publié avec le concours du Centre National de la Recherche Scientifique. 1971. pp. 920-1426.

Êste é o terceiro e último tomo de uma obra da qual a crítica histórica, por unanimidade, sublinhou a sua excepcional originalidade. O Autor, com efeito, utilizou quase que exclusivamente documentos até agora inéditos, o que lhe permitiu trazer novas contribuições para o bom entendimento de uma época e dos acontecimentos que se acreditavam bem conhecidos. Quem sabia, por exemplo, que Metternich esteve em Paris na primavera de 1825 e que aí permaneceu por mais de um mês?

A bibliografia e os índices que abrangem o conjunto dos três volumes fazem dêste terceiro e último um complemento indispensável para aquêles que já possuem os dois outros.

Lembramos que a obra, no seu conjunto, permanecerá como uma contribuição, das mais significativas, da historiografia contemporânea sôbre três assuntos